

Evidenciação de Informações Ambientais em Empresas Listadas na [B]³ e na NYSE

RESUMO

Os recursos naturais antes abundantes vêm sendo utilizados em demasia pelos seres humanos e, também sem controle dos impactos negativos que isso poderia causar ao meio ambiente. Deste modo, a sociedade percebeu que esse consumo estava gerando uma escassez cada vez maior de recursos no planeta e, assim as empresas que são as que mais consomem recursos se viram sujeitas a maior controle dos possíveis impactos que ocasionam. Assim, as empresas perceberam a necessidade de ter maior controle ambiental e, uma das formas de observar o que as empresas evidenciam é por meio dos Relatórios de Sustentabilidade. Diante do que foi exposto, este artigo tem por objetivo identificar nas empresas que negociam ações na Bolsa de Valores da Brasil, Bolsa, Balcão ([B]³) e na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE) quais são as informações ambientais apresentadas nos relatórios divulgados pelas empresas no ano de 2018. Para isto, foi realizado uma análise com abordagem quali-quantitativa e descritiva, em que esta investigação se sustentou em um *checklist* elaborado por Mussoi e Van Bellen (2010) com dados coletados nos Relatórios de Sustentabilidade divulgados pelas empresas. A amostra de pesquisa compõe-se de 18 empresas que negociam ações na [B]³ e NYSE. Destaca-se dentre os resultados da pesquisa que a evidenciação tanto de itens fechados, como itens abertos apresentaram baixo nível de evidenciação, tendo em média evidenciação de 49,71% no grupo fechado e 55,56% no aberto.

Palavras-chave: Evidenciação; Informações ambientais; Relatório Socioambiental (RSA); [B]³ e NYSE.

Linha Temática: Responsabilidade Social e Ambiental.

Realização:



1 INTRODUÇÃO

O ser humano, ao longo de sua existência, foi usufruindo dos recursos naturais para evoluir e progredir, segundo Baptista (2010), tais recursos eram utilizados unicamente para sua própria sobrevivência, porém com o passar dos anos foi se alterando conforme as necessidades da sociedade. O autor reforça que atender o crescimento do consumo da população, foi um dos fatores principais da intervenção tecnológica na sociedade, que permitiu a revolução industrial, onde iniciou-se o aumento dos impactos negativos ao meio ambiente.

É de comum acordo na sociedade que um dos principais responsáveis pelo consumo excessivo de recursos naturais são as empresas, as quais, buscando o lucro, negligenciaram as possíveis consequências dos seus atos. As empresas precisam procurar tecnologias e estratégias sustentáveis para continuar produzindo, além de buscar por meio da contabilidade formas mais sustentáveis de conduzir o negócio. Para contribuir com este fato, a contabilidade tem a função de ser a ponte entre as empresas e a sociedade, elaborando demonstrativos e relatórios os quais influenciam na tomada de decisões dos usuários envolvidos (Mussoi & Van Bellen, 2010).

Sobre a preocupação da sociedade com as questões ambientais, Rosa, Ensslin, Ensslin e Lunkes (2011) apontam que diante das preocupações da sociedade as empresas se veem pressionadas a divulgar mais informações demonstrando sua relação com o meio ambiente, para que seus *stakeholders* possam avaliar essa relação. Segundo os mesmos autores, há uma movimentação para a promoção da avaliação das informações ambientais, que também é denominada evidencição ambiental.

Dentre os documentos produzidos pela contabilidade está o Relatório de Sustentabilidade, que tem por função apresentar todas as informações da empresa relacionadas às diferentes ações de cunho social e ambiental perante a sociedade. A elaboração deste relatório, apesar de não ser adotada por todas as empresas, por ser voluntário, procura demonstrar a preocupação das empresas com o mundo e para com a sociedade como um todo. Além deste, ainda existem os Relatórios Anuais e Integrados que também são utilizados pelas empresas como forma de divulgar suas informações ambientais.

Diante do que foi exposto, o presente estudo estabelece como problema de pesquisa: Quais são os tipos de informações ambientais apresentadas nos Relatórios de Sustentabilidade divulgados pelas empresas no ano de 2018?

Desta forma, o objetivo geral é identificar nas empresas que negociam ações na Bolsa de Valores da Brasil, Bolsa, Balcão ([B]³) e na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE) as informações ambientais apresentadas nos relatórios divulgados em 2018.

Diante do exposto, a pesquisa se justifica por ser cada vez mais importante a evidencição de informações ambientais, para que a sociedade possa ter acesso a como as empresas estão em relação as políticas ambientais. Segundo Rosa et al. (2011), é por meio da evidencição ambiental que as corporações expõem sua prestação de contas à sociedade, e que essas informações são levantadas pelos gestores levando em consideração uma série de fatores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sustentabilidade e os Relatórios de Sustentabilidade

Segundo Kato (2008), o termo sustentabilidade começou a ser tratado mundialmente a partir de 1972 com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Ainda de acordo com o mesmo autor, foi introduzida a dimensão ambiental como condicionadora e limitadora do modelo de crescimento econômico vigente e do uso dos recursos naturais, estabelecendo perspectivas e princípios comuns a serem observados para preservar o ambiente.

A definição de um conceito para sustentabilidade vem relacionada com o termo “desenvolvimento sustentável”, que é definido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) (1988) como processo de transformação onde a exploração dos recursos, os investimentos, orientação do desenvolvimento tecnológico e mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades humanas.

De acordo com Mikhailova (2004), nos dias de hoje existem múltiplos olhares de sustentabilidade, os conceitos são direcionados conforme a área e os objetivos das pesquisas desenvolvidas. A autora ainda diz que o conceito de sustentabilidade pode e tem que ser ponderado a luz da abordagem transdisciplinar, uma vez que é reconhecido que as ciências disciplinares não lidaram bem com os diferentes conceitos ambientais.

Com o passar dos anos, a população mundial cresceu, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a população de aproximadamente 2,6 bilhões de pessoas em 1950, passou a 6 bilhões em 1999, e hoje é de aproximadamente 7 bilhões de pessoas, de acordo com Kato (2008) devido a esse aumento populacional, juntamente o surgimento de novas tecnologias voltadas para o consumo, fez com que fossem causados múltiplos danos ao planeta.

Segundo a ONU, foi em 1992 que a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento passou a ter outro olhar em todo mundo, após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro.

Percebe-se que atualmente as empresas adotam uma postura mais sustentável. Assim, empresas de diferentes portes estão incorporando a sustentabilidade nas suas estratégias de negócios (Uniethos, 2014). A prova disso seria o fato de que as empresas, mesmo sem obrigação legal, estão publicando Relatórios de Sustentabilidade.

Segundo o *Global Reporting Initiative* (GRI) (2019), um Relatório de Sustentabilidade é um publicado por uma empresa ou organização sobre os impactos econômicos, ambientais e sociais causados por suas atividades cotidianas. Diz-se, portanto, que este relatório serve como um instrumento para comunicar o desempenho das empresas em relação aos aspectos econômicos, sociais e ambientais aos *stakeholders* (Pereira, Pereira, Monteiro & Paixão Filho, 2015).

A Ethos (2014) e a Uniethos (2014) descrevem que o Relatório de Sustentabilidade, ou Balanço Social é um documento que apresenta dados quantitativos e qualitativos e demonstra o andamento das atividades da empresa no ano anterior, que podem servir de orientação para o planejamento para o ano seguinte. Portanto, percebe-se que a elaboração do Relatório de Sustentabilidade pode ser importante para o andamento da empresa, podendo orientar a mesma para seguir suas atividades de forma mais sustentável. Atualmente, as diretrizes que são

Realização:



consideradas as mais adequadas para a elaboração de um Relatório de Sustentabilidade, são as emitidas pela GRI, organização dedicada a auxiliar as empresas com relação aos seus impactos ambientais negativos.

Com relação à divulgação do relatório, Gray e Bebbington (2001) afirmam que as empresas podem optar por inserir o relatório juntamente com os relatórios anuais da companhia, em um espaço separado, ou elaborar um documento único para esta finalidade, o qual seria o mais aconselhável, visto que muitas informações podem se perder caso estejam em meio às demais informações financeiras tradicionais da empresa.

Atualmente ainda se tem o Relatório Integrado (RI), que segundo Freitas e Freire (2017), para diminuir inconsistências, foi elaborado pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC) visando a melhoria da qualidade das informações contidas nos relatórios, dando ênfase na conexão das informações.

Demonstrar um Relatório Ambiental em documento separado também pode possuir algumas desvantagens, como o custo na elaboração, o qual reflete no consumidor final e pode diminuir os dividendos dos investidores. Porém, existem vantagens, como melhor aspecto perante a sociedade, aumento da *accountability*, transparência e democracia, e ainda incentivo a educação com relação à preservação socioambiental.

2.2 Evidenciação Ambiental e Pesquisas Similares

A evidenciação pode ser considerada essencial na área contábil, Costa (2012) aponta que a evidenciação contábil deve se preocupar com os gastos efetuados na área ambiental. De acordo com Paiva (2009), o fato de a empresa possuir um caráter internacional faz com que demonstrem preocupação com o meio ambiente, tornando a evidenciação ambiental indispensável. Ainda, conforme Rover, Alves e Borba (2006, p. 5) “é socialmente relevante o papel da Contabilidade na evidenciação do passivo ambiental das companhias”. Para os mesmos autores, a Contabilidade possui papel central na evidenciação ambiental.

Paiva (2009, p. 48) afirma que “um dos papéis mais importantes da Contabilidade, depois de registrar os eventos, é o de evidenciá-los”. Segundo o mesmo autor, deve-se ter em mente que a evidenciação precisa ser realizada cuidadosamente. Ainda, com relação às empresas de capital aberto, atualmente, os diferentes investidores preferem realizar seus investimentos em empresas que evidenciem suas informações ambientais (Brammer & Pavelin, 2006).

Tinoco e Kraemer (2004, p. 256) dizem que evidenciar seria “divulgar informações do desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das entidades aos parceiros sociais, os stakeholders, considerando que os demonstrativos financeiros e outras informações de evidenciação não devem ser enganosos”. Observa-se a ênfase no fato de que as informações devem ser fidedignas, para que sejam disponibilizadas as informações corretas às partes interessadas.

Atualmente, realizar a evidenciação ambiental de forma prática se torna tão importante quanto as informações divulgadas, para que se busque informação mais clara e objetiva (Paiva, 2009). Por fim, os ensinamentos de Costa (2012) afirmam que as empresas podem optar por evidenciar suas informações ambientais por meio das demonstrações financeiras tradicionais, ou em relatórios separados, podendo dizer que nestes estão incluídos os relatórios socioambientais e

os integrados.

Pela importância da temática, pesquisadores centraram suas investigações nesta área, assim Mussoi e Van Bellen (2010) buscaram em empresas brasileiras nos três tipos principais de relatórios empresariais divulgados quais foram os tipos de informações ambientais que apresentaram maior grau de evidencição, além de apontar o relatório mais utilizado para demonstrar informações ambientais e o nível de divulgação. Dentre os principais resultados, os autores apontam que as empresas mesmo divulgando as informações com menos profundidade, o fazem no Relatório Anual, sugerindo que grande parte das empresas não veem benefício ou necessidade de divulgar um relatório exclusivo com informações ambientais.

Eckert, Leites, Cechinato, Mecca e Biasio (2014) verificaram nas empresas seguidoras das Práticas de Governança Corporativa da região turística da Serra Gaúcha, listadas na BM&FBovespa, se elas evidenciam informações ambientais nas suas demonstrações contábeis e relatórios. Os resultados da pesquisa parecem demonstrar que as empresas reconhecem que suas atividades ferem o meio ambiente, divulgando algumas informações de forma descritiva, mas quando a diz respeito a reparos de danos ambientais, passivos ambientais e práticas contábeis adotadas pouca informação é evidenciada.

Mello, Cesaro, Necher e Reis (2014) procuraram analisar a divulgação das informações ambientais nas demonstrações financeiras da Petrobras, examinando o nível de *disclosure* ambiental da empresa. Dentre os resultados, os autores evidenciaram que quando se referem a informações de caráter ambiental, elas são classificadas nas demonstrações em grande parte como “outras informações” nas demonstrações financeiras.

Pereira, Luz e Carvalho (2015) identificaram nas empresas do setor de energia elétrica do Brasil qual o nível de evidencição ambiental nas demonstrações contábeis. Os resultados apontam que as divulgações das informações ambientais não foram identificadas nos Relatórios da Administração e nas Notas Explicativas analisadas.

Ferreira, Rover, Ferreira e Borba (2016) buscaram analisar em companhias brasileiras classificadas em setores com diferentes impactos ambientais o *disclosure*. Foram demonstrados nos resultados que existem diferenças no *disclosure* de informações financeiras ambientais quando comparados à quantidade de sentenças divulgadas com o número de subcategorias evidenciadas.

Lopes, Luca, Góis e Vasconcelos (2017) analisaram nas empresas listadas na BM&FBovespa a relação *disclosure* socioambiental, a reputação corporativa e a criação de valor. Os resultados do estudo mostraram o *disclosure* socioambiental possui uma relação positiva com a reputação corporativa, mostrou também que as empresas de setores de alto impacto ambiental apresentam maior *disclosure* socioambiental além de demonstrar que a reputação corporativa está relacionada positivamente com a criação de valor, assim como apresenta relação negativa com o tamanho.

Vogt, Degenhart, Hein e Rosa (2018) analisaram nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatórios Anuais, os efluentes líquidos produzidos pelas empresas brasileiras e quais as informações ambientais evidenciadas a respeito deles. Nos resultados concluíram que as companhias deveriam demonstrar informações ambientais sobre efluentes em seus relatórios, uma vez que diversas não apresentaram dados sobre os critérios e subcritérios analisados.

Azevedo, Medeiros, Mól e Melo (2019) estudaram os fatores essenciais da divulgação

Realização:



voluntária das práticas ambientais utilizadas pelas empresas listadas na BM&FBovespa. Os resultados demonstram que as variáveis "tamanho", "índice de sustentabilidade ambiental", "alavancagem" e "internacionalização" apresentam relação positiva e significativa estatisticamente com a divulgação de informações voluntárias ambientais, sendo essas variáveis consideradas fundamentais para divulgação voluntária de informações ambientais

Com base nos estudos citados verificou-se que as informações relacionadas as questões ambientais foram divulgadas de maneira insatisfatória, corroborado o estudo de Pereira, Luz e Carvalho (2015) que demonstra em seus resultados que não foram identificadas nos relatórios analisados, informações ambientais.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa é classificada como qualitativa, pois avalia a adequação das empresas às sugestões do GRI e quantitativa, pois a análise partirá de um cálculo matemático para auxiliar na investigação da adequação das empresas constantes na amostra.

De acordo com Silveira e Córdova (2009, p. 31) “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”. Para Fonseca (2002) as pesquisas qualitativas e quantitativas se diferenciam pois os resultados nas pesquisas quantitativas podem ser quantificados.

A presente pesquisa é feita de forma descritiva, por meio de uma análise documental, onde foram acessados os relatórios de sustentabilidade das empresas da amostra. Para Gil (2008), as pesquisas deste tipo têm como objetivo descrever as características de uma população ou fenômeno ou estabelecimento de relação entre variáveis.

A população do trabalho é formada por 18 empresas que negociam ações na [B]³ e na NYSE, a opção por tais empresas baseou-se na pesquisa de Mussoi e Van Bellen (2010), onde verificaram que as empresas que atuam em diferentes mercados tem uma demanda de informações maior do que empresas atuantes apenas em um mercado. A opção por empresas de diferentes setores para verificar o nível de divulgação das informações, sustentou-se como sugerido na pesquisa de Mussoi e Van Bellen, que segundo os autores foram as empresas que apresentam seus dados de uma forma mais acessível (Quadro 1).

Quadro 1 – População.

(1) Banco Bradesco S.A.
(2) Companhia Brasileira de Distribuição (GPA)
(3) Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV)
(4) Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)
(5) Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (CEMIG)
(6) Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)
(7) Cosan S.A.
(8) CPFL Energia S.A.
(9) Embraer S.A.
(10) Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.
(11) Itaú Unibanco Holding S.A.

Realização:

(12) Oi S.A.
(13) Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras
(14) Suzano S.A.
(15) Telefônica Brasil S.A.
(16) Tim S.A.
(17) Ultrapar Participações S.A.
(18) Vale S.A.

Fonte: Autores (2019).

Do total das empresas selecionadas (aqui identificadas, por opção dos autores, de A a I) em 9 foram encontradas informações ambientais nos relatórios divulgados pelas mesmas no ano de 2018, logo a amostra está apresentada no Quadro 2.

Quadro 2 – Amostra.

Empresas	Relatório (s) analisado (s)
A - Banco Bradesco S.A.	Relatório Integrado
B - Companhia Brasileira de Distribuição (GPA)	Relatório Anual
C - Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV)	Relatório Socioambiental
D - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP)	Relatório Socioambiental
E - CPFL Energia S.A.	Relatório Anual
F - Embraer S.A.	Relatório Anual
G - Itaú Unibanco Holding S.A.	Relatório Socioambiental
H - Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	Relatório Socioambiental
I - Telefônica Brasil S.A.	Relatório Socioambiental

Fonte: Autores (2019).

A análise será feita por meio do *checklist* elaborado por Mussoi e Van Bellen (2010). Um dos focos da pesquisa de Mussoi e Van Bellen (2010) foi o de analisar qual relatório elaborado pelas empresas que apresenta maior conformidade com relação aos itens, não havendo análise individual das empresas. O presente trabalho diferencia-se por realizar a análise individual das empresas constantes na amostra, com foco no RSA e, na ausência deste, no RI e no RA divulgados pelas empresas no ano de 2018.

O *checklist* é uma proposta classificatória com 2 grupos (aberto e fechado) e 8 subgrupos de informações: (1) estrutura de governança e adaptação do sistema administrativo, (2) credibilidade das políticas ambientais praticadas pela companhia, (3) indicadores ambientais, (4) gastos ambientais, (5) litígio e processos ambientais, (6) visão e estratégia, (7) perfil ambiental e (8) iniciativas ambientais (Quadro 3).

Quadro 3. Checklist (Itens Fechados)

Itens Fechados (IF)
(1) Estrutura de Governança e Adaptação do Sistema Administrativo
1.1 Existência de um departamento de controle de poluição ou administração de problemas ambientais
1.2 Existência de um comitê de assuntos ambientais na diretoria ou em outro órgão executivo
1.3 Existência de termos e condições aplicáveis aos fornecedores e/ou clientes sobre práticas ambientais
1.4 Envolvimento dos Stakeholders na escolha das políticas ambientais praticadas na companhia

Realização:

1.5 Implementação da ISO14001
1.6 Premiação dos executivos atrelada, também, aos indicadores de performance ambiental
1.7 Existência de código de conduta ou diretrizes ambientais dentro da empresa
1.8 Sistema de gestão ambiental
(2) Credibilidade das Políticas Ambientais
2.1 Segue orientação de órgão especializado no meio ambiente (GRI) para elaboração dos relatórios
2.2 Possui auditoria/verificação independente para as informações ambientais dos seus relatórios
2.3 Possui certificação de programas ambientais ou licenças ambientais emitidas por órgãos reguladores
2.4 Os produtos/serviços possuem certificação ambiental emitida por órgão especializado
2.5 Prêmio de performance ambiental externa ou inclusão em algum indexador ambiental (DSI ou ISE)
2.6 Envolvimento dos Stakeholders no processo de evidenciação ambiental
2.7 Participação em iniciativas voluntárias favoráveis ao meio ambiente reconhecidas por órgãos ambientais
2.8 Participação/parceria em associações ou organizações voltadas para a melhoria do meio ambiente
(3) Indicadores Ambientais
3.1 Indicador da utilização/eficiência energética
3.2 Indicador da utilização/eficiência da água
3.3 Indicador da emissão de gases do efeito estufa
3.4 Indicador de emissão de outros gases poluentes
3.5 Indicador de emissão tóxica (TRI) - Água, Terra e Ar
3.6 Indicador de emissão de resíduos sólidos ou líquidos
3.7 Indicador de reciclagem e aproveitamento dos resíduos
3.8 Indicador da utilização de recursos não renováveis e conservação da biodiversidade
3.9 Indicador do impacto dos produtos e serviços no meio ambiente
3.10 Indicador de <i>compliance</i> na performance ambiental
3.11 Indicador do uso de recursos materiais totais
3.12 Indicador do uso de combustíveis (renováveis e Não renováveis)
3.13 Indicador de derramamento (incidentes)
3.14 Indicadores do aquecimento global (Neutralização)
(4) Gastos Ambientais
4.1 Sumário de dinheiro economizado pela companhia com ações de iniciativa ambiental
4.2 Quantia gasta para melhorar a performance ambiental/ecoeficiência ou em projetos ambientais
4.3 Quantia gasta em multas ou processos ambientais
4.4 Relação da distribuição dos gastos ambientais
(5) Litígios e Processos Ambientais
5.1 Processos judiciais ambientais formalizados contra a empresa
5.2 Autuações e notificações ambientais recebidas pela empresa
5.3 Processos ambientais cabíveis contra a empresa
5.4 Criação de reserva/provisão para contingências ambientais
Total (T)

Fonte: Mussoi e Van Bellen (2010).

Em seguida serão avaliados os itens e subitens aberto que seguem a metodologia de Mussoi e Van Bellen (2010) (Quadro 4).

Quadro 4. Checklist (Itens abertos)

Itens Abertos (IA)
(6) Visão e Estratégia

Realização:

6.1 Mensagem da diretoria aborda questões ambientais
6.2 Missão, visão ou valores da companhia aborda a temática ambiental
6.3 Declaração da empresa sobre o risco de suas atividades ao meio ambiente
6.4 Declaração da empresa sobre revisões periódicas em sua performance ambiental
6.5 Declaração da empresa sobre futuros objetivos ambientais a serem atingidos
6.6 Declaração da empresa sobre inovações ambientais ou novas tecnologias ambientalmente corretas
6.7 Declaração reafirmando o comprometimento com o meio ambiente através de suas ações sustentáveis
(7) Perfil Ambiental
7.1 Declaração de <i>compliance</i> (ou falta de) com os padrões ambientais de órgãos locais ou internacionais
7.2 Uma visão geral do impacto da regulamentação ambiental sobre a empresa
7.3 Uma visão geral de como a atividade ou produto da empresa impacta o meio ambiente
7.4 Uma visão geral da <i>performance</i> da empresa em relação aos seus concorrentes
7.5 Fatores de riscos ambientais que podem afetar o desempenho da empresa
(8) Iniciativas Ambientais
8.1 Descrição do treinamento de funcionários em questões ambientais
8.2 Existência de planos de resposta em casos de acidentes ambientais
8.3 Prêmios ambientais internos
8.4 Auditoria ambiental interna
8.5 Certificações internas de programas ambientais
8.6 Ações voltadas à economia e reaproveitamento de recursos naturais
8.7 Projetos voltados ao meio ambiente em diversas áreas
8.8 Iniciativas voltadas à redução das emissões de poluentes
8.9 Conservação da biodiversidade
8.10 Coleta seletiva de lixo
Total (T)

Fonte: Mussoi e Van Bellen (2010).

Os dados serão coletados nos Relatórios de Sustentabilidade disponíveis nos *websites* das empresas da amostra. Destaca-se que as empresas que publicam o Relato Integrado também foram consideradas, visto que o RSA se encontra dentro do Relato Integrado, assim com o Relatório de Administração que em algumas empresas é onde as empresas disponibilizam as informações ambientais.

A análise do Nível de Adequação (NA) que será avaliado quanto a apresentação ou não das informações ambientais, segundo os parâmetros do *checklist*, é dado por: adequação em determinado item será pontuada de forma positiva (1) ou negativa (0), e o cálculo está indicado na equação 1:

$$NA = \frac{A}{Total - NI} * 100 \quad (\text{equação 1})$$

Onde: A é a soma das respostas adequadas, e (Total – NI) é o total de itens do *checklist* menos as respostas que não puderem ser identificadas, essas variáveis indicarão o Nível de Adequação (NA), em percentual, relativa ao cumprimento dos requisitos propostos no *checklist*.

4 RESULTADOS

4.1 Itens fechados

Por meio da análise efetuada do grupo dos itens fechados, verificou-se que todas as empresas atingiram conformidade menor do que 70%, sendo que o percentual médio geral de adequação foi de 49,71%.

Com relação aos itens, o mais atendido pelas empresas foi o “(1) Estrutura de Governança e Adaptação do Sistema Administrativo”, com percentual de adequação geral de 68,06%. Já o item mais negligenciado pelas empresas foi o “(5) Litígios e Processos Ambientais”, com percentual de adequação médio geral de somente 5,56% (Tabela 1).

Tabela 1. Resultados (Itens fechados).

IF	A	B	C	D	E	F	G	H	I	% de Adequação
(1)	87,50%	50,00%	37,50%	62,50%	100,00%	75,00%	75,00%	50,00%	75,00%	68,06%
1.1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	22,22%
1.2	1	1	0	1	1	1	1	1	0	77,78%
1.3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
1.4	1	0	1	0	1	1	1	0	1	66,67%
1.5	1	0	0	1	1	1	1	0	1	66,67%
1.6	0	0	0	0	1	0	0	0	1	22,22%
1.7	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
1.8	1	1	0	1	1	1	1	1	1	88,89%
(2)	75,00%	37,50%	62,50%	62,50%	75,00%	62,50%	62,50%	75,00%	62,50%	63,89%
2.1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	88,89%
2.2	1	1	1	1	1	0	1	1	1	88,89%
2.3	1	0	0	1	1	1	1	1	1	77,78%
2.4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
2.5	0	0	0	0	1	0	0	1	0	22,22%
2.6	1	0	1	0	0	1	0	0	0	33,33%
2.7	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
2.8	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
(3)	64,29%	71,43%	50,00%	28,57%	35,71%	42,86%	57,14%	64,29%	42,86%	50,79%
3.1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
3.2	1	1	1	1	0	1	1	1	1	88,89%
3.3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
3.4	0	1	0	0	0	1	0	1	0	33,33%
3.5	0	0	0	0	0	0	0	1	0	11,11%
3.6	1	1	1	0	1	1	1	1	1	88,89%
3.7	1	1	1	0	1	1	1	1	1	88,89%
3.8	1	1	1	0	1	0	1	1	0	66,67%
3.9	0	1	0	0	0	0	1	0	0	22,22%
3.10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	11,11%
3.11	0	1	0	0	0	0	1	0	0	22,22%
3.12	1	1	1	1	0	0	0	0	1	55,56%
3.13	0	0	0	0	0	0	0	1	0	11,11%
3.14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	11,11%

(4)	50,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	75,00%	50,00%	50,00%	25,00%
4.1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
4.2	1	0	0	0	0	0	1	1	1	44,44%
4.3	1	0	0	0	0	0	1	1	0	33,33%
4.4	0	0	0	0	0	0	1	0	1	22,22%
(5)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	50,00%	0,00%	5,56%
5.1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	11,11%
5.2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	11,11%
5.3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
5.4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
T	63,16%	44,74%	39,47%	36,84%	50,00%	44,74%	57,89%	60,53%	50,00%	49,71%

Fonte: Autores (2019).

Legenda: IF (Itens Fechados), A (Bradesco), B (GPA), C (AMBEV), D (SABESP), E (CPFL Energia), F (Embraer), G (Itaú), H (Petrobras) e I (Telefônica).

Com relação ao item “(1) Estrutura de Governança e Adaptação do Sistema Administrativo”, observa-se que a CPFL Energia foi a única empresada a atender todos os subitens, atingindo o NA de 100%, seguida pelo Bradesco com 87,50%.

Todas as empresas, exceto a Ambev, apresentaram NA igual ou maior do que 50%. Com relação ao atendimento dos subitens, todas as empresas atenderam aos seguintes: “1.3. Existência de termos e condições aplicáveis aos fornecedores e/ou clientes sobre práticas ambientais” e “1.7. Existência de código de conduta ou diretrizes ambientais dentro da empresa”.

No item “(2) Credibilidade das Políticas Ambientais”, nenhuma das empresas atendeu todos os subitens. As empresas que apresentaram maior NA foram: Bradesco, CPFL Energia e a Petrobras, empatadas com 75% de conformidade. Observou-se que nenhuma das empresas atendeu o subitem “2.4. Os produtos/serviços possuem certificação ambiental emitida por órgão especializado”, e todas atenderam os seguintes subitens: “2.7. Participação em iniciativas voluntárias favoráveis ao meio ambiente reconhecidas por órgãos ambientais” e “2.8. Participação/parceria em associações ou organizações voltadas para a melhoria do meio ambiente”.

Na apresentação do item “(3) Indicadores Ambientais”, verifica-se que somente as empresas Companhia Brasileira de Distribuição, Bradesco e Petrobras apresentaram conformidade acima de 60%, com NA de 71,43%, 64,29% e 64,29%, respectivamente. Dos 14 subitens, somente os itens “3.1. Indicador da utilização/eficiência energética” e “3.3. Indicador da emissão de gases do efeito estufa” foram atendidos por todas as empresas.

No item “(4) Gastos Ambientais”, das nove empresas analisadas, somente quatro apresentaram algum grau de conformidade: Itaú Unibanco com NA de 75% e Bradesco, Petrobras e Telefônica Brasil S.A. com NA de 50%. Nenhuma das empresas apresentou nos seus relatórios um sumário contendo o dinheiro economizado pela companhia com ações de iniciativa ambiental, o que pode significar que as empresas na realidade sofrem de um aumento de gastos para cumprir com suas propostas relativas à sustentabilidade, ou seja, as empresas podem estar, ao invés de economizando, aumentando os seus gastos para manter suas iniciativas ambientais.

No último item do grupo fechado “(5) Litígios e Processos Ambientais”, somente a Petrobras apresentou conformidade em seu relatório com relação aos processos ambientais contra a empresa e com relação às autuações e notificações ambientais recebidas pela empresa. Porém,

não se pode considerar que as demais empresas não tenham apresentado conformidade com relação a estes itens pois existe a possibilidade de não existirem processos formalizados nem cabíveis contra elas, o que consequentemente tornaria desnecessária a criação de reserva/provisão para contingências ambientais.

No resultado geral deste grupo, a empresa que apresentou maior NA foi o Bradesco, com 63,16% de conformidade e a menor foi a SABESP, com um NA de 36,84%. Observa-se que, todas as empresas, apesar de negociarem ações na NYSE, apresentaram um Nível de Adequação inferior ao esperado, com destaque ao item “(4) Gastos Ambientais”, no qual, à exceção do subitem “4.1. Sumário de dinheiro economizado pela companhia com ações de iniciativa ambiental”, era esperado um NA elevado.

4.2 Itens abertos

Na análise do grupo dos itens abertos, observou-se uma adequação geral 55,56%, o qual supera a adequação com relação aos itens fechados. Individualmente todas tiveram um percentual de conformidade abaixo de 75%. O item o qual as empresas apresentaram maior conformidade média geral foi o “(6) Visão e Estratégia”, com percentual médio de 79,37%. O item com menor percentual médio de adequação foi o “(7) Perfil Ambiental”, sendo de 35,56% (Tabela 2).

Tabela 2. Resultados (Itens abertos)

IA	A	B	C	D	E	F	G	H	I	% de Adequação
(6)	85,71%	100,00%	57,14%	71,43%	100,00%	71,43%	71,43%	85,71%	71,43%	79,37%
6.1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	88,89%
6.2	1	1	0	1	1	1	1	1	1	88,89%
6.3	0	1	0	0	1	0	0	1	0	33,33%
6.4	1	1	0	0	1	0	1	0	0	44,44%
6.5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
6.6	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
6.7	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
(7)	60,00%	40,00%	40,00%	40,00%	20,00%	40,00%	40,00%	20,00%	20,00%	35,56%
7.1	1	0	0	1	0	1	1	0	1	55,56%
7.2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
7.3	1	1	1	1	1	1	1	1	0	88,89%
7.4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
7.5	1	1	1	0	0	0	0	0	0	33,33%
(8)	70,00%	60,00%	30,00%	70,00%	40,00%	30,00%	40,00%	60,00%	40,00%	48,89%
8.1	1	1	0	1	0	0	0	1	1	55,56%
8.2	0	0	0	0	0	0	0	1	0	11,11%
8.3	0	0	0	1	0	0	0	0	0	11,11%
8.4	1	0	0	0	0	0	0	0	0	11,11%
8.5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00%
8.6	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
8.7	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
8.8	1	1	1	1	1	1	1	1	1	100,00%
8.9	1	1	0	1	1	0	0	1	0	55,56%
8.10	1	1	0	1	0	0	1	0	0	44,44%

T	72,73%	68,18%	40,91%	63,64%	54,55%	45,45%	50,00%	59,09%	45,45%	55,56%
----------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Fonte: Autores (2019)

Legenda: IF (Itens Fechados), **A** (Bradesco), **B** (GPA), **C** (AMBEV), **D** (SABESP), **E** (CPFL Energia), **F** (Embraer), **G** (Itaú), **H** (Petrobras) e **I** (Telefônica).

Com relação ao item “(6) Visão e Estratégia”, apenas duas empresas a GPA e a CPFL Energia atenderam todos os subitens atingindo um NA de 100%. Todas as empresas com exceção da Ambev atingiram NA superior a 70%, que atingiu um NA de 57,14%. Em relação a adequação aos subitens todas empresas os atenderam: “6.5. Declaração da empresa sobre futuros objetivos ambientais a serem atingidos”, “6.6. Declaração da empresa sobre inovações ambientais ou novas tecnologias ambientalmente corretas” e “6.7. Declaração reafirmando o comprometimento com o meio ambiente através de suas ações sustentáveis”.

No item “(7) Perfil Ambiental” observa-se que nenhuma empresa atingiu a todos os subitens, tendo baixo NA geral nesse item, a empresa que obteve maior NA foi o Bradesco com 60% o restante das empresas não obteve um NA de 40%, sendo que três obtiveram NA de apenas 20% a CPFL Energia, Petrobras e Telefônica. Nenhum subitem teve adequação total, dois deles que não tiveram nenhuma divulgação.

No último item da parte aberta “(8) Iniciativas Ambientais” destaca-se uma adequação geral em média de 48,89%, tendo destaque positivo as empresas Bradesco, GPA, Petrobras e SABESP que obtiveram NA de 60% a 70%. Duas empresas atingiram NA de apenas 30%, a Ambev e Embraer. Em três subitens: “8.6. Ações Voltadas à economia e reaproveitamento de recursos naturais”, “8.7. Projetos voltados ao meio ambiente em diversas áreas” e “8.8 Iniciativas voltadas à redução das emissões de poluentes”, a adequação foi total, indicando que todas empresas estão buscando meios de tornarem suas atividades mais sustentáveis para o meio ambiente.

No resultado geral do grupo aberto, a empresa que apresentou maior NA foi assim como na parte fechada o Bradesco, com 72,73% de conformidade. A Ambev foi a empresa que apresentou menor conformidade, com NA de 40,91%. Constatou-se no geral o NA dos itens foi superior na parte aberta com um NA de 55,56% contra 49,71% da parte fechada.

Com relação aos estudos anteriores, não há um meio efetivo de comparar seus resultados com os encontrados neste trabalho, visto que os objetos de estudo eram diferentes. Porém, pode-se observar que o resultado apresentado Mussoi e Van Bellen (2010) indica que o relatório que as empresas preferem para publicar seus dados ambientais é o relatório anual apesar de o relatório socioambiental divulgar as informações de maneira mais completa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi verificar o grau de conformidade dos relatórios socioambientais de empresas que negociam na [B]³ e NYSE, para identificar quais são os tipos de informações apresentados nos relatórios divulgados pelas empresas no ano de 2018, com base em um *checklist* elaborado seguindo as diretrizes do GRI, realizado por Mussoi e Van Bellen (2010).

Quanto ao problema desta pesquisa, pode-se dizer que as empresas tiveram uma porcentagem baixa com relação a divulgação das informações, pode-se dizer analisando os

resultados do *checklist* que as empresas divulgam com maior detalhamento a parte relacionada com a visão e estratégia em seus relatórios.

Dentre os resultados destaca-se que em relação aos itens fechados, que a empresa que apresentou maior grau de conformidade foi o Bradesco, com 63,16% com a Petrobras sendo a empresa que mais se aproximou desse resultado com 60,53%, tendo uma grande diferença com relação ao nível de adequação da empresa com pior resultado que foi a SABESP com 36,84%.

No grupo de itens abertos, o Bradesco novamente demonstrou maior conformidade, com 72,73%, acompanhado dessa vez pela Companhia Brasileira de Distribuição que obteve 68,18% de nível de adequação, tendo a AMBEV obtido o pior resultado do grupo com 40,91%. Estes resultados demonstram que no geral as empresas apresentaram um grau de conformidade relativamente baixo ao observar que todas possuem destaque em suas respectivas áreas, tendo elas obtidos em média adequação de 49,71% na parte fechada e 55,56% na parte aberta.

Analisando os resultados encontrados conclui-se que mesmo as empresas buscando gradativamente divulgar informações ambientais que mostrem o comprometimento delas com o meio ambiente, ainda não divulgam as informações de forma completa.

Empresas como a AMBEV que por ter seu negócio ligado diretamente a questões ambientais, pelo uso de água em grande escala, deveriam divulgar mais informações ou como observado aqui neste estudo, apresentar alto nível de divulgação, porém, a empresa não divulga nem 41% das informações listadas no *checklist* da parte aberta que segundo Mussoi e Van Bellen (2010) por serem informações mais qualitativas demonstram melhor a postura que a empresa toma em relação ao meio ambiente. Em contrapartida ao resultado da AMBEV, detectou-se no resultado do Bradesco que mesmo não tendo sua atividade fim relacionada diretamente com a área ambiental obteve-se resultado superior a 70%, parecendo transparecer que sua conduta está pautada em uma forma mais sustentável de desenvolver seu negócio.

Ao observar os resultados de forma geral analisando tanto os itens da parte aberta quanto da parte fechada foi possível verificar que apesar das empresas divulgarem informações ambientais, ainda o fazem de uma forma limitada. Os NA (Níveis de Adequação) evidenciam tal fato, tanto nos itens abertos quanto fechados, onde não são divulgadas nem 56% das informações pelas empresas.

Como limitação da pesquisa tem-se que nem todas as empresas da população inicial publicaram no ano de 2018, fazendo com que a amostra fosse reduzida, outra limitação é que se elaborou o resultado com base apenas no Relatório Socioambiental, e na falta deste no Relatório Integrado e Anual, portanto sugere-se como pesquisas futuras englobar todos os relatórios utilizando-se do mesmo *checklist* da pesquisa. Para trabalhos futuros, sugere-se uma comparação dos relatórios com empresas de setores específicos, ou então a ampliação da amostra para que se avalie o grau de conformidade de todas as empresas de capital aberto brasileiras.

REFERÊNCIAS

Azevedo, Y. G. P., de Medeiros, V. C., Mól, A. L. R., & de Melo, C. L. L. Divulgação Voluntária de Informações Ambientais: Uma Análise dos Fatores Determinantes nas Empresas Listadas na BM&FBovespa. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 14(1), 1-17.

Realização:



Baptista, V. F. (2010). A relação entre o consumo e a escassez dos recursos naturais: uma abordagem histórica. *Saúde & Ambiente em Revista*, 5(1), 8-14.

Brammer, S., & Pavelin, S. (2006). Voluntary environmental disclosures by large UK companies. *Journal of Business Finance & Accounting*, 33(7-8), 1168-1188.

Comum, N. F. (1988). Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. *Rio de Janeiro: FGV*.

Costa, C. A. G. D. (2012). Contabilidade ambiental: mensuração, evidência e transparência. *São Paulo: Atlas*.

da Silva Ferreira, J., Rover, S., Ferreira, D. D. M., & Borba, J. A. (2016). Informações Financeiras Ambientais: diferença entre o nível de disclosure entre empresas brasileiras. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 10(1), 5-24.

Eckert, A., Leites, E. T., Cechinato, S., Mecca, M. S., & Biasio, R. (2014). Evidência contábil das informações ambientais: uma análise das empresas da Serra gaúcha listadas na Bovespa. *Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade*, 6(4).

Ethos, I. Iniciativas. *Publicação Eletrônica*, 2014. Recuperado de <<https://www.ethos.org.br/>> em 26 maio 2019.

Da Rosa, F. S., Ensslin, S. R., Ensslin, L., & Lunkes, R. J. (2011). Gestão da evidência ambiental: um estudo sobre as potencialidades e oportunidades do tema. *Engenharia Sanitária Ambiental*, 16(1), 157-166.

Fonseca, J. J. S. (2002) *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UECE

Freitas, B. F. G. D., & Freire, F. D. S. (2017). Relato Integrado: Um estudo da aderência da estrutura conceitual proposta pelo IIRC no Relatório Socioambiental do Conselho Federal de Contabilidade. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 12(1).

Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. *São Paulo: Atlas*.

Global Reporting Initiative (GRI). About GRI. *Publicação Eletrônica*, 2019. Recuperado de <<http://www.globalreporting.org>> em 13 maio, 2019.

Gray, R., & Bebbington, J. (2001). *Accounting for the Environment*. Sage.

Kato, C. A. (2008). Arquitetura e sustentabilidade: projetar com ciência da energia.

Lopes, A. C., De Luca, M. M. M., Góis, A. D., & de Vasconcelos, A. C. (2017). Disclosure socioambiental, reputação corporativa e criação de valor nas empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Revista Ambiente Contábil*, 9(1), 364-382.

Mello, D. C. S., Cesaro, D., Necher, D. S. D. S., & Reis, L. G. D. (2014). Disclosure Ambiental: uma Análise das Informações Ambientais nas Demonstrações Financeiras da Petrobras no Período de 2007 a 2012. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 19(3), 88-101.

Mikhailova, I. (2004). Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. *Economia e Desenvolvimento*, (16).

Mussoi, A., & Van Bellen, H. M. (2010). Evidenciação ambiental: uma comparação do nível de evidenciação entre os relatórios de empresas brasileiras. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 4(9), 55-78.

Organização das Nações Unidas-ONU. (2019). *A ONU e o meio ambiente*. Estocolmo. Recuperado de: <https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>. Acesso em: 13 maio 2019

Paiva, P. R. D. (2009). Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. *São Paulo: Atlas*.

Pereira, F. E., Luz, J. R. M., & Carvalho, J. R. M. (2015). Evidenciação das informações ambientais das empresas do setor de energia elétrica do Brasil. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças*, 3(2), 60-72.

Pereira, N. S. P., Pereira, C. A., Monteiro, R. P., & Paixão Filho, J. M. (2015). Relatórios de sustentabilidade: ferramenta de interface no desempenho social, econômico e ambiental das organizações. *RAGC*, 3(5).

Rover, S., Alves, J. L., & Borba, J. A. (2006). A evidenciação do passivo ambiental: qualificando o desconhecido. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 3(5), 41-58.

Silveira, D. T. (2009). Córdova, F. P. *A Pesquisa Científica. Métodos de Pesquisa*. Organizadores, Tatiana Engel Gerhardt, Denise Tolfo Silveira. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Tinoco, J. E. P., & Kraemer, M. E. P. (2004). Contabilidade e gestão ambiental. *São Paulo: Atlas*.

Uniethos (2013). Estratégias empresariais para a sustentabilidade no Brasil. Publicação Eletrônica. p.1-43. Recuperado de <http://www.siteuniethos.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Estrategias-Empresariais-para-a-Sustentabilidade-no-Brasil_Baixa-

[Resolução.pdf](#) > em 13 maio 2019.

Vogt, M., Degenhart, L., Hein, N., & da Rosa, F. S. (2018). Análise das informações ambientais evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade e relatórios anuais sobre efluentes líquidos das empresas brasileiras. *Race: Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 17(1), 55-78.

Realização:

